

**XXX CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI FORTALEZA - CE**

DIREITO DO CONSUMIDOR I

**MARIA CRISTINA ZAINAGHI
LEONARDO JOSÉ PEIXOTO LEAL**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito do consumidor [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Leonardo José Peixoto Leal; Maria Cristina Zainaghi. – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-902-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Consumidor. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

DIREITO DO CONSUMIDOR I

Apresentação

O Centro Universitário UICHRISTUS sediou, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2023, o XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. O evento, que aconteceu presencialmente e contou com a participação e inúmeros pesquisadores vinculados às mais diversas Instituições de Ensino Superior do Brasil na área de Direito, havendo colaborações oriundas dos diversos níveis de formação, incluindo a iniciação científica da Graduação, como no caso dos pôsteres que deram ensejo à presente publicação.

A iniciação científica é o berço da pesquisa acadêmica e traz forte contribuição para disseminação da ciência e o desenvolvimento de pesquisadores no Direito, estando estes devidamente orientados e acompanhados por professores com mestrado, doutorado e ampla experiência na academia.

O evento teve como tema macro, “Acesso à Justiça, Soluções de Litígio e Desenvolvimento”, aspecto diretamente relacionado com os pôsteres apresentados no bloco de Direito do Consumidor. As relações de consumo são a base do sistema capitalista e do acesso à dignidade por parte dos indivíduos que necessitam, da satisfação de suas necessidades em todos os níveis e aspectos. A proteção do consumidor vulnerável é uma prioridade do Estado que deve garantir meios eficientes para prevenção e tratamento dos conflitos no âmbito dessas relações.

O texto integral dos pôsteres apresentados sobre “Direito do Consumidor” consta desta publicação que certamente colaborará para o aprofundamento das discussões e produções na área. Boa leitura a todos!

Leonardo José Peixoto Leal

Maria Cristina Zainaghi

As Relações de consumo e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nas produções acadêmicas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Renato Duro Dias¹
Joao vitor dias cruz

Resumo

A presente pesquisa discute as interfaces entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Direito do Consumidor a partir da análise das produções acadêmicas publicizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste sentido, faz-se um “estado da arte” daquilo que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de educação superior do Brasil, procurando desvelar o desenvolvimento do campo do conhecimento jurídico com ênfase nas relações de consumo e a novel legislação protetiva no tratamento dos dados pessoais.

Problema de pesquisa: Quais as perspectivas investigativas entre relações de consumo e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais das produções acadêmicas publicizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)?

Objetivos: Esta investigação trata-se de recorte de um estudo mais amplo que objetiva entender os alcances da LGPD em diversas áreas do direito e, para tal, neste resumo realiza-se um cotejamento sobre estas duas categorias analíticas: consumo (Direito do Consumidor) e proteção de dados

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

pessoais (LGPD). Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender com as relações de consumo e a LGPD são tratadas nas pesquisas acadêmicas do BDTD.

Método: A pesquisa exploratória possui abordagem qualitativa com análise de conteúdo baseada na coleta de dados da BDTD utilizando-se dos descritores “LGPD” e “Direito do Consumidor”, bem como uma breve revisão de literatura pautada no campo investigativo. Tendo em vista os estudos relacionados, procura-se apresentar os principais elementos das produções acadêmicas mapeadas, suas contribuições e, a partir dos subsídios nelas contidos apontar as perspectivas crescentes nas áreas de interesse destas temáticas. Resultados alcançados: Para a presente pesquisa escolheu-se recolher dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), organismo que desenvolve a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino brasileiras. Optou-se pela BDTD porque, ao contrário do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ela possui um acervo com total disponibilidade de dados, incluindo a íntegra dos textos das produções acadêmicas, além de ser um campo de busca que favorece a mineração de dados, especialmente para quem está no desenvolvimento de atividades de pesquisa e elaboração de novos recortes. Em termos metodológicos, na primeira busca avançada, utilizou-se dos termos: “LGPD” e “Direito do

Consumidor” no espaço “Todos os campos”, o que apresentou um conjunto significativo de investigações, dezessete (17) no total, sendo algumas delas distantes do que se pretendia recortar. A fim de refinar os parâmetros da pesquisa, num segundo momento, colocou-se “LGPD” no espaço “Todos os campos” e “Direito do Consumidor” em “Assunto”, o que possibilitou a presença de seis (06) produções acadêmicas de relevo todas concluídas no período compreendido entre os anos de 2020 e 2022. Para efeitos deste estudo nominaremos as dissertações de mestrado a partir de suas autorias, conforme se apresentam na BDTD. Na pesquisa de Silva (2020), por exemplo, é analisado o superendividamento do consumidor, pessoa física, apontando a necessidade de uma tutela jurídica para combater esse fenômeno, cada vez mais, presente na sociedade. O contexto do estudo apresenta a relação entre o cadastro positivo e os postulantes ou concedentes de crédito, como um fator de redução de juros e do percentual de inadimplentes. Na investigação de Amaral (2020) analisa-se as consequências do avanço tecnológico na vida do consumidor, especialmente os que decorrem da Inteligência Artificial e a atuação dos algoritmos. Segundo o estudo, as empresas conseguem oferecer aos consumidores produtos e serviços de acordo com suas necessidades e preferências, na qual os filtros selecionam os produtos que serão

disponibilizados ao consumidor, portanto a pesquisa de Amaral (2020) questiona se a algoritmização da vida tem deixado os consumidores livres para gozarem seus direitos básicos? Em estudo realizado por Joelsons (2021) se discute o legítimo interesse como fundamento legal para o processamento de dados pessoais, o que possibilita, segundo a autora, a abertura do sistema de proteção de dados, trazendo adaptabilidade às constantes mudanças geradas pela tecnologia, bem como permitindo a sistematização de novos casos concreto, a partir de um estudo comparativo do desenvolvimento legislativo, doutrinário e jurisprudencial. Outras importantes investigações são as de Vasconcelos (2022), Moribe (2022) e Almeida (2021). Na primeira, Vasconcelos (2022) discute a mineração de dados como uma das principais tecnologias presentes em praticamente todas as aplicações de dados em informações. A pesquisa busca problematizar a efetividade de uma proteção constitucional, reforçada pela LGPD, a ensejar ao consumidor a preservação dos seus direitos fundamentais. No estudo de autoria de Moribe (2022), a proteção de dados pessoais é investigada a partir da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). A dissertação faz revelar a principal diferença entre a abordagem da Secretaria e o paradigma normativo da LGPD, que se dá pelo fato de a SENACON adotar o pressuposto normativo da vulnerabilidade do consumidor como recorte para a utilização e/ou uso indevido de dados desta população. Já em Almeida (2021), a

pesquisa realizada na dissertação apresenta alguns aspectos jurídicos da LGPD, particularmente os relacionados aos planos de saúde, possibilitando uma análise das regras que tutelam as operações de tratamento de dados pessoais. Entende-se que a Lei 13.709/2018 (LGPD) chegou no Brasil com o intuito de promover um cenário de segurança jurídica, através da padronização de normas e regulamentos, visando proteger os dados pessoais da população. No entanto, o que se verifica, mesmo passado quatro (04) anos de sua publicação é um total desconhecimento da norma, bem como descumprimento da mesma, relevo às relações de consumo, já que seguidamente dados como nome, RG, CPF, gênero, dentre tantos elementos sensíveis, circulam virtualmente sem critérios e nenhum mecanismo de controle e regulação. Por fim, importa dizer que este resumo pretende ser um ponto de partida e de inflexão entre a prática cotidiana das relações de consumo e a proteção de dados pessoais, com olhar recortado sobre as produções acadêmicas (dissertações) disponíveis no banco de dados da BDTD.

Palavras-chave: Relações de consumo, LGPD, BDTD

Referências

ALMEIDA, Gustavo Palheiro Mendes de. Proteção de dados no contrato de plano de saúde: aspectos jurídicos da LGPD na experiência do consumidor.

2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados

emDireito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais a Função e os Limites do Consentimento. 3ª ed. São Paulo. Editora Forense, 2021.

AMARAL, Ricardo Garcia. Vulnerabilidade Social na Sociedade da Informação: A algoritmização da vida cotidiana e a violação de direitos dos consumidores inseridos no filter bubble. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

BRASIL. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm Acesso em 29 jul 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019). Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm Acesso em 29 jul 2023.

DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. 3ª ed. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em 29 jul 2023.

JOELSONS, Marcela. Fronteiras do legítimo interesse no tratamento de dados pessoais: um estudo em direito comparado. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

MORIBE, Gabriela Tiemi. A proteção de dados pessoais na Secretaria Nacional do Consumidor (2019- 2021). Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, 2022.

O'NEIL, Cathy. Algoritmos de Destruição em Massa. Como o Big Data Aumenta a Desigualdade e Ameaça a Democracia. 1ª ed. Santo André. Editora Rua do Sabão, 2020.

PALHARES, Felipe, PRADO, Luis Fernando e VIDIGAL, Paulo. Compliance Digital e LGPD. Coleção Compliance. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021

PINHEIRO, Patrícia Peck, LIMA, Ana Paula Moraes Canto e CRESPO, Marcelo. LGPD Aplicada. São Paulo. Editora Atlas, 2020.

SILVA, Leandro Carvalho dos Santos. Desafios para o consumo sustentável de crédito: a tutela dos (hiper)vulneráveis entre o superendividamento e o cadastro (im)positivo. 2020. 111 P. Dissertação (Mestrado em direito) - Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, João Pessoa, 2020.

VASCONCELOS, Sthéfane Alves. A proteção dos dados pessoais e tutela da

vulnerabilidade do consumidor frente à tecnologia da mineração de dados.

2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de

Uberlândia, Uberlândia, 2022.